

# Crescer para pagar a dívida, <sup>at</sup> a única saída para o Brasil

BRASÍLIA (O GLOBO) — A capacidade de pagamento da dívida externa brasileira está condicionada à possibilidade de que o País continue a manter índices positivos de crescimento, embora modestos, que garantam o bem estar social da população e a geração de excedentes exportáveis. Com base nessa estratégia, é possível planejar o pagamento efetivo da dívida externa no Brasil, que não demandaria novos empréstimos a partir de 1994/ 95, para liquidar integralmente seus débitos com o exterior no ano 2001.

A conclusão é do economista Reynaldo de Souza Motta, do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), em sua tese de mestrado em ciências econômicas — “Alternativas de otimização do crescimento econômico e da dívida externa brasileira: o caso do Brasil”. O trabalho recebeu o prêmio “Rodrigo Gomes 1983”, conferido pelo Centro de Estudos Monetários da América Latina (Cemla).

O modelo desenvolvido em sua tese, como explicou Reynaldo de Souza Motta, levou em consideração um período de vinte anos — 1981 a 2001 —, utilizando a programação linear como metodologia. O principal desafio a que se propôs o economista foi o de montar um programa de pagamento da dívida externa que privilegiasse o crescimento econômico interno, tendo em vista as carências sociais do País e a necessidade de um modelo econômico menos vulnerável às condições de liquidez no mercado financeiro internacional.

Na renegociação da dívida externa brasileira, conduzida atualmente pelas autoridades econômicas do Governo, não há qualquer planejamento a longo prazo que permita vislumbrar o seu pagamento efetivo ou mesmo o período em que seria possível ao País minimizar suas necessidades de recursos externos. A renegociação em curso não ultrapassa o ano de 1985, na

melhor das hipóteses, já que, até agora, ainda não se conseguiu fechar o esboço do balanço de pagamentos para 1984.

Reynaldo de Souza Motta chama atenção no seu trabalho para a importância das taxas de juros pagas pelo País, que devem ser mantidas em níveis inferiores à taxa de crescimento do produto, sob pena de a dívida tornar-se inadmissível, com a consequente redução da capacidade de pagamento.

Ele está convencido, segundo afirmou em entrevista, de que as alternativas que não levam em consideração a perspectiva do pagamento efetivo da dívida externa são inviáveis. Sua justificativa é de que não será retomado o ciclo de recursos externos abundantes no mercado internacional, daí a necessidade de que o País opte por um caminho que conduza, embora a taxas mais modestas de crescimento, ao pagamento efetivo da dívida.